

‘Brasil acabou de viver uma década perdida’

Economista afirma que dívida pública, juros e baixa qualidade das políticas públicas impedem expansão sustentada

/ CONJUNTURA

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

A dívida pública crescente, a baixa qualidade das políticas públicas e a insistência em um modelo de desenvolvimento baseado em protecionismo impedem o Brasil de entrar em uma trajetória sustentada de crescimento, afirma o economista Marcos Lisboa. Em entrevista ao Jornal do Comércio, o ex-presidente do Insper e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2003-2005) avalia que o desequilíbrio fiscal mantém os juros elevados, reduz a previsibilidade e afasta investimentos produtivos de longo prazo.

Para Lisboa, o próximo governo deve priorizar o controle do crescimento dos gastos públicos, aperfeiçoar a qualidade das políticas públicas e ampliar os investimentos em ciência, inovação e capital humano. Na avaliação do economista, sem enfrentar o desequilíbrio fiscal e elevar a produtividade, o Brasil continuará crescendo abaixo de outras economias emergentes e convivendo com juros elevados. Ele afirma ainda que o País acabou de atravessar “uma década perdida”.

Marcos Lisboa esteve ontem em Porto Alegre para participar do Colóquio do Fórum da Liberdade, do Instituto de Estudos Empresariais (IEE). A programação contou com o painel “O Brasil em Perspectiva: Escolhas para o Futuro”, seguido de um debate com os pré-candidatos ao Senado pelo Rio Grande do Sul. O evento foi realizado no Teatro da Unisinos, e teve acesso exclusivo para convidados.

Jornal do Comércio - O Brasil passa por um momento de inflação mais controlada e desemprego baixo. Ainda assim, o crescimento segue limitado. O que falta para o País entrar em um ciclo consistente de expansão?

Marcos Lisboa - O Brasil vive um momento difícil porque a dívida pública já ultrapassa 80% do PIB e continua crescendo. Isso pressiona os juros, reduz a previsibilidade e desestimula investimentos de longo prazo. Além disso, o País ainda insiste em uma estratégia de desenvolvimento

baseada em protecionismo, subsídios e tarifas elevadas. Essa visão fez sentido nos anos 1950, mas a evidência econômica mostra, há décadas, que o crescimento sustentável depende de inovação, capital humano, pesquisa e abertura para novas ideias. Temos exemplos de sucesso, como a Embraer, mas seguimos insistindo em um modelo que já fracassou por mais de 50 anos e, por isso, perdemos espaço para outras economias emergentes.

JC - Em termos de reformas estruturais, quais deveriam ser as prioridades do próximo governo para elevar a produtividade?

Lisboa - A primeira prioridade é interromper o crescimento dos gastos públicos, já que o avanço contínuo das despesas pressiona as contas do País. Na área tributária, mudanças precisam ser tecnicamente bem elaboradas para evitar insegurança e prejuízos aos investimentos. Também é necessário fortalecer instituições de pesquisa para identificar vocações regionais e transformar conhecimento em produtividade, com mais investimentos em ciência, inovação e cooperação internacional. O Brasil também precisa elevar a qualidade das políticas públicas, garantindo que recursos aplicados em áreas como educação, saneamento e habitação gerem resultados efetivos.

JC - Então o principal problema é a baixa qualidade das políticas públicas?

Lisboa - Exatamente. Sem diagnóstico e sem uso da ciência, as políticas acabam sendo improvisadas. Gasta-se muito dinheiro, mas a vida das pessoas não melhora.

JC - Como o senhor avalia o ambiente atual para investimentos no Brasil? O País



O desafio é entender por que o País insiste em repetir políticas que já demonstraram resultados insatisfatórios ao longo de décadas



Para Marcos Lisboa, próximo governo deve, entre outras ações, priorizar o controle da alta dos gastos públicos

consegue atrair capital de longo prazo?

Lisboa - De forma geral, não. O Brasil continua atraindo principalmente investimentos oportunistas de curto prazo, favorecidos pelos juros elevados. O investimento de longo prazo ainda encontra muitos obstáculos. Mas há exceções. O Ministério dos Transportes, por exemplo, realizou um trabalho muito bem-sucedido nas concessões de infraestrutura, com cerca de 13 mil quilômetros concedidos. Isso mostra que é possível fazer bons projetos quando há qualidade técnica, coordenação entre órgãos públicos e segurança para os investidores.

JC - Os juros elevados costumam ser apontados como um dos principais entraves ao crescimento. Eles são causa ou consequência dos problemas da economia brasileira?

Lisboa - São consequência. Os juros refletem um país com desequilíbrio fiscal estrutural e políticas que continuam estimulando gastos e subsídios sem gerar crescimento sustentável. A experiência mostra isso. Após a implantação do teto de gastos, no governo Temer, a taxa básica caiu de cerca de 14% para aproximadamente 6% em um ano e meio, e a economia saiu da recessão. O desafio é entender por que o País insiste em repetir políticas que já demonstraram resultados insatisfatórios ao longo das últimas décadas.

JC - O teto de gastos continua sendo uma referência para a política fiscal?

Lisboa - O teto acabou sendo demonizado no debate polí-

tico, apesar dos resultados que produziu. Não acredito que ele volte nos mesmos moldes, mas é essencial que os gastos públicos cresçam menos do que a arrecadação e que se evitem mecanismos que contornem as regras fiscais. Sem isso, a dívida continuará aumentando.

JC - Assim como nos anos 1980, o Brasil corre o risco de viver uma nova década perdida?

Lisboa - Na minha avaliação, a década passada já foi perdida. O País ainda não conseguiu superar plenamente os efeitos da recessão iniciada em meados da década anterior. O governo Temer interrompeu parte desse processo, mas o Brasil continua crescendo menos que a maioria dos países emergentes. Entre 1980 e 2019, enquanto outros emergentes tiveram, em média, três anos de queda da renda per capita, o Brasil acumulou 14 anos de retração. Além disso, nossas crises costumam ser mais profundas.

JC - Qual é o maior risco para a economia brasileira e qual é a principal oportunidade que o País não pode desperdiçar?

Lisboa - O maior risco continua sendo o crescimento da dívida pública e a manutenção de um Estado muito voltado para atender grupos de interesse por meio de subsídios e benefícios tributários. A maior oportunidade está em investir na formação das pessoas, melhorar a qualidade das políticas públicas, fortalecer a ciência e ampliar a integração comercial com outros países. O desenvolvimento sustentável depende de inovação, pesquisa e abertura econômica.

JC - Qual é sua expectativa para juros, inflação e crescimento nos próximos meses e em 2027?

Lisboa - Se a dívida pública continuar crescendo, será muito difícil reduzir os juros para níveis semelhantes aos de outros emergentes. Sem enfrentar o problema fiscal, o País continuará convivendo com juros elevados, crescimento baixo e risco de uma crise mais à frente.

JC - Por fim, se pudesse recomendar apenas uma medida econômica ao próximo presidente da República, qual seria?

Lisboa - Melhorar a qualidade da política pública. O governo precisa avaliar seus programas pelos resultados obtidos, e não apenas pelo volume de recursos gastos. É preciso medir se as crianças estão aprendendo mais, se o acesso ao saneamento aumentou e se ficou mais fácil realizar investimentos de longo prazo. O foco deve ser o impacto concreto na vida das pessoas e na capacidade de crescimento do País.



Sem diagnóstico e sem uso da ciência, as políticas acabam improvisadas. Gasta-se muito e a vida das pessoas não melhora